

# Liberdade e responsabilidade

---

• conferência

Esplanas

Fundação Cuidar o Futuro

CUIDAR

FUTURO

cf conferências

Amarante  
Aveiro  
Faro

---

18 maio 80



**MARIA DE LOURDES PINTASILGO**

**PRIMEIRA MINISTRA**

Fundação Cuidar o Futuro

"Liberdade e Responsabilidade"

Sinto que é profundamente verdade, afinal, aquilo que sempre tenho vindo a pensar, e exprimir, ou seja: a política, o exercício da política, tal como o entendo, não tem nada que ver com as funções que exercemos - ele é antes hoje e aqui e agora, onde alguns, muitos de nós - nos encontramos para pensarmos o nosso presente e perspectivarmos o nosso futuro. É justamente porque a política tem essa dimensão que, conforme disse há pouco, eu gostaria de dar algumas pinceladas sobre uma questão que é para nós todos fundamental e que diz respeito às liberdades e garantias fundamentais.

É natural que alguns amigos aqui presentes reconheçam que estou a tomar posição relativamente a alguns pontos expressos na nossa Constituição. Estou de facto e digo-o com muita firmeza pois quero mostrar precisamente que aquilo que existe em letra jurídica na Constituição Portuguesa tem o seu fundamento, a sua base, na nossa vida de todos os dias.

Por mais voltas que dermos, acabamos sempre por descobrir que a palavra liberdade ainda não foi completamente inventada. Ela não é qualquer coisa que esteja fora de nós, antes acarreta imediatamente uma responsabilidade: ser livre é imediatamente, e por isso mesmo, ser responsável. É essa nota que eu conto desenvolver ao longo desta tarde.



Se somos livres e, portanto, responsáveis, somos responsáveis de qualquer coisa, em ordem a qualquer coisa, para construirmos alguma coisa. Ora só nessa responsabilidade tem raiz a autoridade. Só aquele que não é profundamente livre, profundamente responsável, vai buscar autoridade ao poder de que foi investido, às funções que exerce, ao prestígio de que goza. A autoridade só nasce da responsabilidade que, por seu turno, é intrínseca à liberdade. Podemos por isso dizer de certa maneira que todos temos autoridade na medida em que somos responsáveis e que, se somos investidos de autoridade, temos que assumir a responsabilidade correspondente. Quer dizer: a responsabilidade da seriedade, da competência, do rigor e da imaginação.

## Fundação Cuidar o Futuro

A liberdade aparece-nos na nossa Constituição, ao mesmo tempo como qualquer coisa que temos que possuir, e possuímos, por sermos cidadãos deste país e qualquer coisa que temos que construir. Podemos dizer que é o estatuto de autoridade que nos é conferida. Temos-a naturalmente mas a Constituição de certo modo consagra-a; é ao mesmo tempo uma história a fazer, um futuro a adivinhar.

A liberdade é sempre a liberdade de alguém. Não há uma liberdade abstrata. A liberdade é nossa, é de cada um, é das pessoas, de cada pessoa. É do povo, é liberdade conquistada e corresponde por isso à percepção que nós temos da relação<sup>de</sup> uns com os outros e da relação com todo o Universo à nossa volta.



Dizia um padre latino-americano que a liberdade é ao mesmo tempo liberdade na justiça, na segurança e também no sentido religioso e cósmico de todo o universo. A liberdade, portanto, não se esgota em algumas fórmulas críticas de alguns, ela diz antes respeito a cada um de nós e, por isso, antes de ser objecto de um consenso de forças políticas, ela é a expressão da nossa vida de todos os dias.

Liberdade, no entanto, não é qualquer coisa que existe uma vez por todas. Nós, portugueses, podemos dizer que tentámos reconquistar a nossa liberdade em 1385, em 1640, em 1820, em 1974, mas estamos hoje a conquistar outra liberdade: a liberdade que está sempre a construir-se. Ser livre é poder dizer tudo na primeira pessoa de cada verbo. É poder dizer eu sei, eu quero, eu entendo, eu sinto, eu sonho, eu penso, eu construo. É isso é de tal modo importante que quando a liberdade nos começa a faltar, nós começamos a dizer: "pensa-se...", "diz-se...". Atiramos imediatamente essa nossa responsabilidade que nasce da liberdade, para um sujeito indefinido que se não sabe bem quem é...

Cada vez que digo eu, eu estou realmente a dizer na História a palavra que é a minha, a minha maneira de estar na História, a minha maneira de ser cidadã no mundo ou cidadã neste país. É evidente que quando dizemos eu quero, eu sonho, eu desejo, estamos necessariamente não só a verificar que existimos, mas também a afirmar uma esperança. Estamos a dizer que há em nós, qualquer que seja o nosso trabalho na terra ou no mar, com as mãos ou com estes "mioles"



que Deus nos deu, qualquer coisa de livre. Com isso estamos de certa maneira a construir o futuro e que sabemos que podemos construí-lo. Sabemos isso de cór pelo facto de que a liberdade se inscreve nas nossas potencialidades, naquilo que em nós está muitas vezes escondido, naquilo que não sabemos, num primeiro momento, trazer à superfície.

Afirmar a liberdade é afirmar também a certeza que cada um de nós se pode tornar cada vez mais ele ou ela própria; que cada um de nós se pode tornar cada vez mais a pessoa que é ou que deseja ser. Isso significa que a expressão (muito frequente na minha infância) "querer ser alguém" não nos interessa. "Alguém", o que é? "Alguém" é nada. Todos nós, cada um de nós é alguém. Por isso, hoje não é de estranhar que muita da gente nova que encontramos aqui, e fora deste país, nos diga: "não, eu não quero ser "alguém", eu quero ser "eu". A gente nova não está só a afirmar uma rebeldia contra os pais; o que está a dizer é que todos temos a mesma dignidade e que portanto cada um se deve desenvolver e crescer e tentar viver segundo a sua linha, as suas ideias, aquilo que lhe parece ser bom para a sua vida. É isso, penso, aquilo que os jovens de hoje querem dizer.

A liberdade assim entendida é o reconhecimento de que a vida que nos é dada é o bem primeiro. Não há nada melhor (valor abstrato), que possa antepôr-se a esse valor que é a vida. E, tudo isto, no reconhecimento de que essa vida não é estática, mas sim a tal vida



dinâmica a construir a História. Sem querer jogar com as palavras, eu gostaria de dizer que ser livre é a possibilidade que temos de nos emendarmos a nós próprios ao longo da vida; de sermos cada vez mais qualquer coisa. É a possibilidade que temos a cada momento de podermos olhar para a nossa vida e ver o que ela significa.

Este sentido da vida e este primado que lhe é dado, têm uma consigna-ção, a nossa consigna-ção que é um direito absoluto à vida e à integridade pessoal, física e moral. Por isso, quem defende a liberdade, defende necessariamente a vida, que é o valor que, afinal, torna cada um de nós credor da solidariedade dos outros.

Queria insistir muito neste aspecto porque embora imediatamente após o 25 de Abril tenhamos utilizado e continuemos a utilizar a expressão "direitos dos trabalhadores" e que, decerto, quando neles falamos queremos seguramente dizer "o direito da grande massa de homens e mulheres, da grande maioria da população que vive em condições de exploração", ao dizermos isso deixámos muitas vezes de fóra aqueles que não estão directamente ligados ao trabalho - os velhos, as crianças, que, afinal, se encontravam no Direito Português, e assim até ao 25 de Abril, apenas credores da solidariedade dos outros porque deles eram dependentes (era o caso, por exemplo, do abono de família para as crianças ou para os idosos a cargo do trabalhador). Ora, depois do 25 de Abril, porque a vida é o primeiro valor e que, por um lado, o abono de família é um abono para as crianças, para salvaguardar a sua vida e, por outro,



o que os idosos recebiam como abono de família o não é, chama-se hoje pensão social. É um direito que o idoso tem porque vive, porque trabalhou, porque contribuiu para a sociedade, porque existe e tem direito a viver como tal.

Este direito à vida vem também ligado, na nossa Constituição, ao direito à nossa integridade física e moral. Num pequeno país como o nosso é muito fácil, demasiado fácil atentar-se contra a integridade moral dos nossos compatriotas. Está aqui, justamente e de forma latente, qualquer coisa que corresponde a um verdadeiro assassinio. Porque nada há de mais precioso, juntamente com a vida, do que o nosso bom nome, a nossa reputação, a nossa integridade moral. Quem nos ataca, quem nos critica, quem fabrica mentiras a nosso respeito é de facto um assassino. Mas, ao dizê-lo, não caímos nós também na mesma dificuldade; não caímos também na mesma ras-teira fácil ao começarmos também a denegrir os outros. Dizia um dos primeiros Presidentes dos EUA: "eu discordo frontalmente daquele homem, mas daria a vida para que tivesse o direito de exprimir o ponto de vista contrário". É também nessa liberdade fundamental de integridade que se situa, parece-me, o grande combate, a grande luta dentro de nós; luta que não é apenas da esfera pública. Quando refiro o bom nome, a integridade moral, para não dizer já a integridade física, isso quer dizer alguma coisa que tem que ver com o nosso dia-a-dia. É justamente nesse conjunto de relações que tudo isso se vai criando. O que se passa na esfera política de super-estruturas, não é senão afinal muitas vezes tam-



bém o reflexo do que se passa na nossa vida quotidiana.

Uma segunda expressão da liberdade tem a ver com a maneira como cada um de nós se relaciona com as coisas. É evidente que aqui (nestes 3 dias em Aveiro) é para mim muito nítido que há uma forma bem diferente de as pessoas se relacionarem se estão no litoral ou no interior do distrito. Há uma maneira diferente até de chamarem as coisas pelo nome. Uma maneira diferente de encararem a vida. Isto significa que esta expressão de liberdade é a possibilidade de podermos avaliar o que se passa à nossa volta; de dizermos a nossa opinião, de interpretarmos os factos presenciados. É reconhecemos as coisas inanimadas e dar-lhes vida.

## Fundação Cuidar o Futuro

Aparece logo na Constituição como expressão ou como tradução institucional desta tendência: a liberdade de discussão não é a liberdade de cada um dizer ao outro as palavras feias que entender; a liberdade de expressão é, antes de mais, a liberdade de dizermos aquilo que pensamos e de podermos situar-nos adequadamente neste mundo. Ela supõe portanto que nela há ao mesmo tempo uma capacidade crítica e uma capacidade interrogativa.

Esta liberdade de expressão está também consignada na Constituição como liberdade de informação. Liberdade de informação que significa que temos que vencer de algum modo a barreira de ideias, de informações de factos em "pastilhas" que nos são constantemente oferecidas e pelas quais somos invadidos e muitas vezes agredidos



até nas nossas casas e porque temos o direito de exigir que a informação que vem até nós seja tão perto dos factos quanto possível, que não seja filtrada por interesses económicos e ideológicos.

Isto não quer dizer que os jornalistas sejam, na sociedade, os indivíduos que deliberadamente estão a ocupar o local dos factos e a exagerá-los. Não. É que é muito difícil ser jornalista no nosso tempo. Quando somos apanhados por um fenómeno, por um facto, uma pessoa, vamos também já com uma ideia. E um jornalista é também uma pessoa. Não podemos retirar-lhe a sua liberdade fundamental. Pelo contrário, devemos é criar condições para que os nossos jornalistas tenham uma informação tão exacta quanto possível. Que quando se queiram de nós, nós possamos dizer a verdade e que se preocupem, não tanto com o Sr. fulano ou beltrano, mas com as pessoas concretas que trabalham na sua casa, na terra, ou no mar. Essas são as pessoas dignas de interesse.

O que acabo de dizer não é, como alguns poderiam julgar, uma afirmação demagógica. Pelo contrário, é uma afirmação das mais fortes que posso fazer em termos da minha concepção da vida política e daquilo que se chama a "importância das pessoas". Acredito que toda a vida política, toda a orientação social é igualmente construída por todos e que há naturalmente, em determinados momentos, alguns que detêm os nós, a estrutura da governação. Essas pessoas não são de modo nenhum as mais importantes e deformamos de certa maneira a realidade se nos preocupamos apenas com os políticos



profissionais. É necessário que quem esteja em primeiro plano se-  
samos todos nós, porque todos nós somos políticos no sentido de  
querermos uma sociedade melhor, mais justa, mais fraterna, para  
nós e para todos os que estimamos.

Um terceiro ponto tem a ver connosco e a existência de uns com os  
outros. Cada um de nós tem uma solidariedade com os outros à sua  
volta e essa solidariedade vai exprimir-se em comunidades, em ma-  
neiras de estar em conjunto. É por isso extremamente importante  
que possamos reunir-nos, que nos conheçamos uns aos outros atra-  
vés dos pontos que temos em comum. Podemos mesmo dizer que cada  
um de nós não vive apenas vinculado a um grupo ou comunidade, ca-  
da um de nós não é só "fulano". Não é só isso: cada um de nós é  
um membro de uma família; é ao mesmo tempo eventualmente partici-  
pante num grupo político; é profissionalmente activo no seu domí-  
nio próprio; é cidadão de uma terra. E quantas coisas mais!

Cada um de nós numa dessas coisas não esgota completamente aqui-  
lo que é; é isso e muito mais. Cada um de nós é um mistério que  
transcende as nossas palavras e os nossos actos. Quanto mais co-  
nhecemos alguém, afinal, mais descobrimos que esse alguém na me-  
dida em que está livre, tem consciente na História, mais 100 coi-  
sas por conhecer.

Nesta relação com os outros se inscreve o direito constitucional  
de reunião, de associação; direito esse que, pela variedade das  
suas formas, deve ser cada vez mais estimulado e enriquecido. Temos  
que construir uma sociedade pluralista (esta palavra esta



tante gasta na medida em que a receita de se ser pluralista é haver um conjunto de pessoas respeitando-se com um mínimo de tolerância e deixando que cada um tenha as suas ideias), mas não só. Há outra forma ainda para além dessa: é que justamente do confronto de ideias diferentes possa nascer uma ideia dinâmica que nos aglutine a todos.

Não tenho dúvida que neste país, aqueles que desejam ser livres, aqueles que desejam ser solidários, os que desejam que haja uma sociedade mais justa, possam ter mesmo através de opiniões bem firmes e bem claras, pontos de encontro e de convergência! E é nisso que somos livres. O sermos livres significa também transformarmos o mundo à nossa volta qualquer que seja o trabalho que fazemos. A vida também se constrói no trabalho escondido entre 4 paredes de uma casa que a sociedade muitas vezes não reconhece, ou se o faz é para manter a mulher numa situação de subalternidade que concertiza não queremos.

Em todos esses trabalhos nós empenhamo-nos. Nesse sentido, o empenhamento é a obrigação que todos temos porque somos livres e existimos em sociedade. Isto significa que nenhum de nós é neutro na História; nenhum de nós pode estar a ver a História deslizar como vê as ondas do mar. A História é qualquer coisa que não aceita hesitações, não pode haver uma abstenção na História e é por isso também que na nossa Constituição se consagra o direito que todos temos de participar na vida política que é, afinal, o melhor aproveitamento dos recursos da sociedade, a mais justa e



tribuição dos benefícios, a máxima realização de cada pessoa.

Neste contexto, podemos também dizer que a liberdade é a procura de um sentido para a vida. Nessa procura de finalidade e de sentido inscrevem-se dois aspectos muito importantes e que estão também inscritos na Constituição:

- 1 - a liberdade de criação cultural;
- 2 - a liberdade religiosa.

A liberdade de criação cultural não é apenas a protecção dos grandes artistas, poetas, escritores, pintores, escultores, etc. É certo que esses têm um papel absolutamente singular na sociedade. Podemos mesmo dizer que não há transformação de sociedade onde não houver transformação estética. Essa é uma revolução e das mais profundas que podemos esperar. Mas a criação cultural diz também respeito a todos nós porque a cultura não é nada que esteja apenas acessível através dos livros; a cultura é justamente a dificuldade de cada um de nós pôr na História um gesto novo. É não só fazer o nosso serviço bem feito, mas também fazê-lo de forma criadora, diferente; inventar uma outra forma de viver e de trabalhar. Nesse sentido, a liberdade de criação cultural é transformar os nossos locais de trabalho, os nossos locais de vida, é um direito inalienável. Por isso, vai tocar de certa maneira a liberdade religiosa.

A liberdade religiosa é não só um reconhecimento de que todos os homens, individual e colectivamente, têm o direito de exprimir publicamente a fé ou a crença, mas é também ao mesmo tempo a cria-



ção de condições na sociedade que tornem possível a todos e a cada um interrogarem-se sobre o porquê da existência. Esse é um direito fundamental.

É certo que muitas vezes se liga a liberdade à segurança pessoal e na Constituição as liberdades fundamentais vêm de par com a segurança em relação ao nível jurídicos em que vivemos. Repete-se assim um conjunto de dispositivos que garantem a segurança ao nível cívico de cada pessoa. Penso, no entanto, que não está aí completo o quadro da liberdade. A liberdade, para ser liberdade de alguém, tem ao mesmo tempo que ir de par com a liberdade que é concedida a cada um de nós de ver satisfeitas as suas necessidades básicas.

## Fundação Cuidar o Futuro

Muitas voltas temos dado desde o 25 de Abril, mas é certo que alguns que muito euforicamente cantavam logo a seguir à revolução, que a liberdade vai de par com os direitos básicos, hoje já o não dizem. A liberdade que se exprime através da participação na vida política não se esgota apenas no momento do voto. O voto é sem dúvida importante. O voto tem que ser preparado. Do exercício legal do voto há que pedir contas, do resultado do voto há também que pedir contas, mas só isso.

Ao mesmo tempo, a política realiza-se em todos os aspectos das nossas relações e da nossa vida quotidiana. Julgo por isso que não é demais fazer um apelo nestes termos para que torne



vez mais vivas as organizações em que participamos qualquer que seja a sua natureza: cívica, cultural, religiosa, de trabalho. Que tudo isso se torne cada vez mais vivo e cada vez mais expressão da maneira como desejamos que a sociedade seja.

Queria ainda acrescentar que as liberdades fundamentais dizem respeito à vida, supõem ao mesmo tempo uma igualdade fundamental entre todos nós e também uma diferença absolutamente irreduzível entre nós. Da nossa experiência sabemos como é certo que às vezes convivemos com alguém no dia-a-dia durante 10, 15, 20 anos e, de repente descobrimos uma faceta nova na outra pessoa. Por mais íntima que seja a relação com outro, somos sempre diferentes dele.

Hoje em dia afirmamos também esse direito de sermos diferentes; o direito não só à igualdade, mas também a cada um de nós mostrar-se como é e a ser diferente. Não queremos ser todos iguais, cópias tiradas a papel químico, mas que cada um de nós seja uma afirmação pessoal, única, irreduzível da dignidade do ser humano.

Por isso as liberdades ao longo da História, vinham num primeiro tempo no sentido apenas de liberdades cívicas. Depois, já no nosso tempo, com a industrialização, passaram a ter um sentido de igualdade no plano sócio-económico e hoje podemos dizer que elas têm um sentido de autonomia de cada um de nós, ou seja, da capacidade de cada um poder autodeterminar-se.



É certo que estes direitos fundamentais não dizem apenas respeito a nós que estamos aqui, dizem respeito ao mundo inteiro. E há uma relação muito íntima entre a liberdade de cada um e a liberdade de todos os habitantes do planeta. O atentado à liberdade de um só compromete a liberdade de todos. E cada vez que num país uma pessoa é alvo de uma violação dos direitos humanos, imediatamente começa a surgir uma reacção nos mais diversos cantos do mundo. Porquê? Porque se sabe bem que os direitos de uma pessoa, ao serem violados, são violados também os direitos de todos, os direitos da Humanidade.

Por outro lado, há uma responsabilidade conjunta de toda a Humanidade em garantir as liberdades individuais. No relatório da Comissão Brandt vem uma frase que diz não há diferença entre o facto de uma pessoa ser morta na guerra ou de ser condenada a morrer de fome por causa da indiferença do mundo. É sobre isto que temos que nos interrogar, na nossa terra, no nosso país. Penso que a solidariedade com os outros não é uma palavra vã para um país que foi dando generosamente, ao longo dos séculos, muitos dos seus filhos para que povoassem outros continentes, trabalhariam com outras raças e povos. Temos que perguntar a nós próprios que solidariedade é a nossa com o resto do mundo.



Cada um de nós assume a sua ideia de responsabilidade no conjunto das nações. Isso quer dizer afinal que a nossa liberdade individual tem que ser com a independência nacional. Quando, de alguma maneira, os direitos de um só são violados, podemos dizer que mais cedo ou mais tarde, de forma subtil ou não, é a independência nacional que está em jogo; é a nossa afirmação como país livre, digno, capaz de se apresentar de cabeça levantada no concerto das nações, capaz de ser intermediário em conflitos, capaz de dizer, por vezes entre votos completamente opostos, as palavras que reconciliam e encontrar a solução que à primeira vista não existia.

## Fundação Cuidar o Futuro

